



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de Joaquim Sousa
COMISSÃO EXECUTIVA DO STAL

SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO; EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS principais reivindicações

Camaradas,

Saúdo calorosamente todos os trabalhadores, activistas e dirigentes sindicais do STAL que não baixam os braços, que resistem e lutam, todos os dias e por vezes em situações muito adversas, contra a ofensiva que é feita aos direitos de quem trabalha.

Mais acção reivindicativa, responder aos problemas e anseios dos trabalhadores, mais força ao sindicato não são só palavras de ordem, são consignas de luta que temos de levar por diante.

Camaradas,

Como assinala o documento base, fruto da empresarialização e da privatização, sob diferentes formas, nomeadamente do sector da água e dos resíduos, resultado das políticas de direita do PS, PSD, CDS, e das opções privatizadoras das autarquias, são milhares os trabalhadores contratados directamente, em regime de cedência, de outsourcing, que laboram neste contexto, marcado em regra pelos baixos salários, pela precariedade, pela instabilidade, pelas más condições de trabalho, pelo ataque à actividade sindical.

Sabemos que nas mãos da gestão privada, cujo objectivo é a maximização do lucro, o serviço público é transformado num negócio, os municípios encarados como clientes, os trabalhadores convertidos numa variável de custo.

Tal é particularmente evidente na área dos resíduos, onde são frequentes os processos de substituição de uma empresa prestadora de serviços por outra. Na maioria dos casos, o que se verifica é o atropelo de direitos, num processo marcado por pressões e chantagens das empresas visando por sempre o conta km dos direitos a zero, com a conivência das entidades cedentes, ou seja, as autarquias.

É o caso, por estes dias, dos 21 trabalhadores da Aquapor/Luságua de Caminha confrontados com a ameaça de despedimento colectivo e a quem daqui dizemos que podem contar com o STAL na defesa dos seus direitos e dos postos de trabalho.

Solidariedade que estendemos às trabalhadoras da cantina escolar de Lousada e ao sindicato da Hotelaria do Norte, recentemente despedidas pela que autarquia decidiu assumir a gestão directa do serviço mas recusou receber qualquer trabalhadora que ali desempenhava funções.

É esta realidade que temos de mudar! Isso só é possível com organização, com coragem e com muita luta, como a vida tem demonstrado!

Foi e é assim na Águas de Portugal, com a celebração do Acordo Colectivo de Trabalho para as 18 empresas do grupo, com a conquista de melhores salários, a par da valorização por antiguidade e conclusão, em breve, das reclassificações com efeitos a 1 de Janeiro de 2022), e com o processo de revisão do ACT.

Foi e é assim na EGF/Mota-Engil, cuja privatização significou tarifas mais elevadas, degradação dos serviços, exploração laboral. Combatendo a postura anti-negocial da empresa que desrespeita e recusa o direito à contratação colectiva, a luta dos trabalhadores forçou o aumento dos salários, insuficiente ainda assim para a recuperação do poder de compra perdido e longe de uma verdadeira valorização porque dependerá sempre de uma estrutura de carreiras e desenvolvimento salarial que garantam uma vida digna, pelos quais nos continuaremos a bater, assim como pela conquista de um Acordo Colectivo de Trabalho, e em conjunto com autarcas e populações, pela reversão da privatização.

Foi e é assim em todas as empresas concessionárias e prestadoras de serviços públicos, onde apesar das dificuldades, intervimos, mobilizamos os trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e de trabalho e pela concretização das principais reivindicações: salários e carreiras profissionais dignos; horários de trabalho de 35 horas semanais; estabilidade laboral; erradicação da precariedade; mais saúde e segurança no trabalho; respeito pelos direitos sindicais e pelo direito à contratação colectiva.

Estas são condições indispensáveis para melhorar a vida de quem trabalha e conseqüentemente para a prestação de melhores serviços à população. Cabem por isso especiais responsabilidades ao governo, às empresas públicas e às autarquias enquanto empregadores e na qualidade de contratantes assegurar que os trabalhadores são valorizados e os seus direitos plenamente respeitados.

Camaradas,

A construção colectiva da reivindicação e a mobilização pela sua concretização é sempre um passo em frente. As dificuldades só nos devem motivar ainda mais para agir.

Esse é o desafio. Esse é o objectivo, seja onde estivermos!

Combater a exploração e desigualdades, responder aos problemas, assegurar melhores condições de vida e de trabalho, é isso que iremos continuar a fazer com a força e a confiança dos trabalhadores.

A luta continua!